

A prorrogação será uma ofensa à Nação

Da sucursal de
BRASILIA

A partir de agora, equivalerá realmente a ofender o general João Figueiredo continuar especulando sobre a prorrogação de seu mandato. Segunda-feira, ele pediu que José Sarney, Nelson Marchezan e Aloysio Chaves, além de Carlos Átila, desmentissem a hipótese. Solicitou aos três políticos e ao funcionário que transmitissem à imprensa que não deseja, não aceita e não admite continuar no poder um minuto além do término de seu atual mandato.

Falou português, não chinês, nem japonês, muito menos grego. Comprometeu-se, em definitivo, com a rejeição do que vinha sendo tramado e articulado, sabe-se agora, à sua revelia. Imaginá-lo voltando atrás será, aí sim, injuriá-lo. Como, se porventura ele voltasse atrás, estaria injuriando a Nação.

A partir desse fato novo se raciocinava, ontem, em Brasília, em diversos centros de articulação política. Qualquer equacionamento da sucessão tem de se ater ao óbvio e ao definitivo de sua disposição.

No Palácio do Planalto, entre as habituais cortinas de fumaça, sobressai o que Figueiredo também repetiu aos líderes do PDS. Não terá candidato, antes que se realize a convenção nacional do partido. Apoiará o vencedor e se empenhará na sua indicação pelo colégio eleitoral. Mesmo sem declarações formais, sabe-se que prefere Mário Andrezza, mas aceitará Paulo Maluf. Não quer Aureliano Chaves, mas, se ele vencer, não terá por que fazer exceção à regra. Simplesmente, não cogita da hipótese, tendo em vista os reduzidos contingentes que, no âmbito do partido, apóiam o vice-presidente. Quanto a Marco Maciel, que seja feliz em suas pretensões.

Outra não é a postura dos auxiliares presidenciais de primeiro nível, com uma exceção. Os generais Octávio Medeiros, Danilo Venturini e, até, Rubem Ludwig estão com a diretriz do chefe. Preferem Andrezza a Paulo Maluf. Só o professor Leitão de Abreu recusa as duas possibilidades, pretendendo ainda que das conversações partidárias sobre a reforma constitucional se forme clima propício a um reexame da questão, com o afastamento dos quatro ou, pelo menos, de três, já que, no fundo, considera Aureliano Chaves como passível de contar com o apoio geral. Isso se as coisas mudarem muito, o que, na verdade, não parece possível.

No PDS, a tensão refluiu da noite para o dia. Um ou outro parlamentar, fazendo as vezes de São Tomé, ainda acredita na prorrogação. Tentam, alguns, imaginar um plano maquiavélico urdido nos porões palacianos, que redundaria mais tarde na volta à tese prorrogonista. Diante da alternativa de ter Paulo Maluf ou de assistir a um oposicionista como Tancredo Neves subindo a rampa da sede do Executivo, o que de qualquer maneira exprimiria a sua derrota, Figueiredo ainda seria capaz de rever a recusa à prorrogação. Trata-se, ao menos até prova em contrário, de especulação descabida, tendo em vista o que o presidente determinou a seus líderes e porta-vozes que relatassem, dois dias atrás.

Assim, o partido oficial, majoritário no colégio eleitoral, escolheria em convenção o nome da preferência de sua maioria. Aqui, as concep-

ções se dividem. Estes defendem a unidade partidária em torno do vitorioso, qualquer que seja. Aqueles, em especial os integrantes do Grupo Pró-Diretas e os aurelianistas, supõem possível a cristalização de uma dissidência, em condições de se bandear para quem as oposições unidas apresentarem, se apresentarem, desde que seja o governador de Minas Gerais. Os adeptos de Paulo Maluf continuam jogando na euforia do já ganhou, quando, na realidade, não têm certeza. Vale o mesmo para os que preferem Mário Andrezza, esperando eles, no entanto, que algum sinal ainda surja, até setembro, favoravelmente ao ministro do Interior. Sinal, é claro, dado pelo presidente da República.

A posição de Aureliano Chaves é delicada. Ele incrementou o diálogo entre os partidos, recebeu oposicionistas e situacionistas e até ajudou a viabilizar o acordo parlamentar em torno da emenda constitucional. Nem por isso, no entanto, melhorou suas chances com Figueiredo. Como sabe não dispor de apoio bastante na convenção, o provável é que até o final do mês venha a público para dizer que não disputará o conclave partidário, para ele ilegítimo. Reservar-se-á, então, para uma de duas opções: tentar a revisão de todas as candidaturas, como pretende o ministro Leitão de Abreu, ou, de maneira aberta, declarar-se em rebelião, recomendando a seus seguidores que votem em Tancredo Neves, se ele for indicado e se for para levá-lo ao poder em lugar de Paulo Maluf.

Nas oposições, nada está certo. Tancredo Neves avançou alguns metros, quando, na mesma segunda-feira, em Belo Horizonte, anunciou o propósito de procurar Aureliano Chaves para celebrar uma aliança. Ele precisava demonstrar um pouco de atenção e render algumas homenagens ao vice-presidente, pressuposto para receber, depois, a sua adesão. Acaba de fazê-lo. Foi um dos passos iniciais, porém, já que a caminhada é longa e áspera. Precisará ter o PMDB unido, primeiro, para tentar, depois, as demais legêndas oposicionistas. Só será candidato com certeza da vitória, que implica a unidade oposicionista, primeiro, e a conquista de dissidências do PDS, depois. O PMDB encontra-se dividido, apesar de sua maioria tender para o lançamento de um candidato capaz de disputar as eleições indiretas, se as diretas estiverem mesmo afastadas. Trabalho igual precisará ser feito com o PDT de Leonel Brizola e o PT de Luís Ignácio da Silva, ficando para o final enfrentar o enigma do PTB, que apóia o governo, mas nem tanto. Em qualquer das hipóteses, tudo precisará estar decidido em 15 de agosto, data fatal para a desincompatibilização do governador mineiro do Palácio da Liberdade. Ele jamais trocará o pássaro que tem na mão, nas montanhas, por dois voando, no Planalto Central.

Enquanto isso, Leonel Brizola assiste de longe às articulações, aferrado à idéia de que o sucessor de Figueiredo precisa ter só dois anos de mandato, para permitir eleições diretas em 1986, quando ele se lançaria. Luís Ignácio da Silva hesita entre participar ou não do processo indireto. Os militares assistem complacentes, temerosos apenas da volta às eleições diretas. E a sociedade, em maior ou menor graduação, repele tudo, entre nomes e fórmulas, já que, em qualquer das hipóteses, não participará de nada.

C.C.